

PREGÃO ELETRÔNICO

Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

Processo Administrativo n.º 63232.000234/2022-67

Serviços Continuados sem mão de obra exclusiva

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo – CelTMSP, por meio da Divisão de Licitações, sediado Av. Prof. Lineu Prestes nº 2468, Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira”, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09/05/2022

Horário: 09:00 (NOVE HORAS)

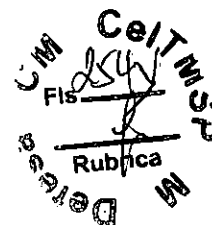
Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Menor preço global do item.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de **serviço continuado de SEGURO total de veículo, com proteção contra danos materiais resultados de sinistro de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, para os veículos da frota do CTMSP, CINA E BtIDefNBQR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. A licitação será realizada em **único item**.

1.3. O critério de julgamento adotado será **o menor preço global do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 6012;

Plano Interno: Ação 14T7 – Descrição: Tecnologia Nuclear da Marinha;

Ação Interna: U499MN0; e

Elemento de Despesa: ND 339039.69.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- 4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.


5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 **valor unitário e total do item;**

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1 por empresas brasileiras;

7.26.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

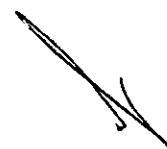
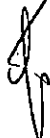
8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:



- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.



- 8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

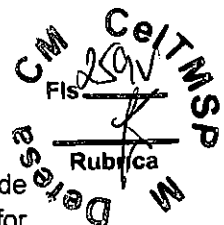
9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder



9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. **VISTORIA:** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, **poderão** realizar vistoria nas instalações do local, a ser realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00 as 16:00 horas, devendo ser agendado pelos telefones (11) 3817-7353 com o Sr. Davi e apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.2. **O atestado de vistoria** poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.11.3. Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço com requisito para celebração do Contrato.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. **Constar: CNPJ, telefone com DD, e-mail, endereço completo com CEP e a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**



10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2 **O valor do Contrato ou instrumento equivalente observará somente 2 (duas) casas decimais após a vírgula, desconsiderando-se as demais casas decimais porventura ofertadas.**

15.3 O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.3.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.



20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3 apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6 não mantiver a proposta;
- 20.1.7 cometer fraude fiscal;
- 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2 Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 20.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 20.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

4

→

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **ctmsp.pregao@marinha.mil.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Av. Prof. Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, seção de Pregão.**

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

263V
Fis. 4
Rubrica

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1 Apêndice A do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

22.12.1.2 Apêndice B do Anexo I - Mapa de Riscos;

22.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3 ANEXO III – Modelo de Proposta.

São Paulo 20 de *abril* de 2022

Fernando Antonio de A.B. Lima

Ordenador de Despesas

Diretor

Fernando Antonio de A. BRITTO Lima
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesa
CPF: 696.244.374-91

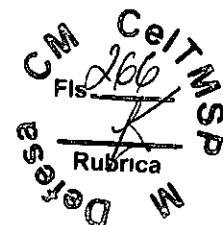
[Assinatura]



MARINHA DO BRASIL

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

PREGÃO Nº 20/2022
(Processo Administrativo nº)



1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de serviço continuado de empresa especializada para prestação de serviço de seguro total de veículo, com proteção contra danos materiais resultados de sinistro de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, para os veículos da frota do CTMSP, CINA e BtlDefNBQR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	NR CATSER	UNID	QTDE	PREÇO DE REF - VLR UNIT	PREÇO DE REF - VLR TOTAL
1	Contratação de prestação de serviço de seguro de veículo, com proteção contra danos materiais, roubo, furto, colisão, incêndio para os veículos da frota do CTMSP.	22764	UN	1	353.624,65	353.624,65

1.2 Tabela de preço detalhado.

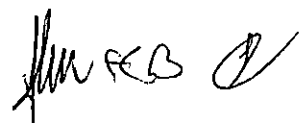
Grupo	Item	Descrição do Veículo	CATSER	Quantidade	Valor Unitário máximo(R\$)	Valor total máximo (R\$)
1	1	AMBULÂNCIA Placa: DJL-9326 Chassi: 936ZCXMNCC2085690; Classe Bônus: 4; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 2.658,76	R\$ 2.658,76
	2	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: DBA-2942 Chassi: 9BFXTM8F61DB04629 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 6.965,24	R\$ 6.965,24
	3	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: CUN-4F66 Chassi: 953658240NR005157 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 6.370,10	R\$ 6.370,10
	4	C-4 PALLAS Placa: EHE-8493 Chassi: 8BCLDRFJVC531187 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 2.392,05	R\$ 2.392,05
	5	CIVIC Placa: JJE-0947 Chassi: 93HFA15307Z110860 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 2.253,08	R\$ 2.253,08
	6	COROLLA 1.8 GLI UPPER FLEX 16V/5p	22764	1	R\$	R\$

CM 2661
Fis. 2661
Rubrica
Deferido

	Placa: FNU-8064 Chassi: 9BRBL3HE1J0149870 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00			2.509,10	2.509,10
7	CORSA Placa: CDV-6549 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 2.129,67	R\$ 2.129,67
8	DOBLÔ Placa: FWT-2346 Chassi: 9BD1196GDH1142527 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.197,41	R\$ 1.197,41
9	DOBLÔ ESSENCE 1.8 16v(Flex) 5p Placa: ENN-1590 Chassi: 9BBD1196GDK1150821 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 2.278,54	R\$ 2.278,54
10	DOBLÔ Placa: DJM-0611 Chassi: 9BD223153C2022415 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 2.225,86	R\$ 2.225,86
11	FIAT SIENA Placa: FQC-2903 Chassi: 9BD372171F4056657 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
12	FIAT SIENA Placa: FQJ-2501 Chassi: 9BD372171F405667 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
13	FIESTA Placa: EHE-8481 Chassi: 9BFZ54A1D8368500 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
14	FIESTA Placa: EHE-8482 Chassi: 9BFZ54A4D8368510 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
15	FOCUS Placa: KXJ-5846 Chassi: 8AFTZZFFCCJ018356 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
16	GOL TRENDLINE 1.6 8v Placa: GAC-2362 Chassi: 9BWAB45U6JT105262 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
17	GOL Placa: CMW-1738 Chassi: 9BWCB05X55P072393 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
18	GOLTRENDLINE 1.6 8v Placa: FQG-5735 Chassi: 9BWAB45U8JT022206 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
19	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: ECU 1C05 Chassi: 93XLJLKL1TLCL29930	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96

FEA

	Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00				
20	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: GEA 2J22 Chassi: 93XLJKL1TLCK26947 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
21	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: FRU 0D83 Chassi: 94DFUCK13LB202259 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
22	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: DEI 3A44 Chassi: 94DFUCK13LB201847 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
23	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4x2 Placa: CUD 0G59 Chassi: 94DFUCK13LB201940 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
24	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCL 1D26 Chassi: 9BGCA8030LB139138 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.863,28	R\$ 1.863,28
25	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCH 7I03 Chassi: 9BGCA8030LB102391 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.863,28	R\$ 1.863,28
26	MONTANA Placa: FED-4016 Chassi: 9BGCA80X0DB292696 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.863,28	R\$ 1.863,28
27	MONTANA Placa: PBJ-1638 Chassi: 9BGCA8030JB209247 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.863,28	R\$ 1.863,28
28	PALIO FIRE Placa: DBA-2993 Chassi: 9BD17164LA5526102 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
29	PALIO FIRE Placa: DBA-2987 Chassi: 9BD17164LA5526100 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
30	PALIO FIRE Placa: DJP-1749 Chassi: 9BD17164G72884376 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
31	PEUGEOT 408 Placa: FBU-8994 Chassi: 8AD4DRFJUFG021121 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
32	RANGER XLS (C.DUP) 4X4 2.2 4p DIES Placa: ELO-1525 Chassi: 8AFAR23N8KJ470767 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano	22764	1	R\$ 1.884,28	R\$ 1.884,28



	modelo 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00				
33	SANDERO Placa: FCO-1799 Chassi: 93Y5SRD64FJ745437 Classe Bônus: 5 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
34	SENTRA Placa: LTN-6711 Chassi: 3N1BB7AD4HY209887 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2016/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
35	STRADA Placa: FAU-9838 Chassi: 9BD578141F7922301 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.863,28	R\$ 1.863,28
36	VERSA SV PACK PLUS 1.6 16v Placa: FJF- 8942 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
37	VERSA Placa: FZN-0676 Chassi: 94DBCAN17JB212095 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
38	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: CUL 6E29 Chassi: 95DBCAN17LB207279 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
39	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: FOP 5J21 Chassi: 94DBCAN17LB207098 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
40	CAMINHÃO Placa: JMY-3214 Chassi: 9BM693023WB151199 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 1998/ 1998 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.883,64	R\$ 3.883,64
41	DUCATO Placa: DBA-2979 Chassi: 93W244M2392038639 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.961,27	R\$ 1.961,27
42	IVECO DAILY 45S17 (EURO 5) Placa: FED- 4008 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
43	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4018 Chassi: 93ZA90D008560217 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
44	KIA (BONGO) Placa: HOE-0491 Chassi: KNCSHX73AB7492561 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.132,96	R\$ 3.132,96
45	MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) Placa: ENN-2177 Chassi: 9BM979277LB144899 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima:	22764	1	R\$ 3.342,94	R\$ 3.342,94

	5.000,00				
46	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/MASCA ROMA 42P DIES Placa: EMU8G65 Chassi: 9532Y82Z5LR029484 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.405,93	R\$ 3.405,93
47	ÔNIBUS VW/MASCARELO IVECO/NEOBUS 50P DIES Placa: EOB-4020 Chassi: 93K1RMH0L8935336 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.461,93	R\$ 3.461,93
48	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p – BAÚ Placa: FZT 3A32 Chassi: 93YVBU4XMJ364379 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.132,96	R\$ 3.132,96
49	RENAULT MASTER MARIM PAS 16p DIES Placa: EQU-5946 Chassi: 93YMAF4XEKJ757763 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.905,27	R\$ 3.905,27
50	TRANSIT Placa: LQV-6246 Chassi: WF0DXPTDFDTM01058 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.905,27	R\$ 3.905,27
51	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DJL-7984 Chassi: 936ZCXMNCB2074365 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.905,27	R\$ 3.905,27
52	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DBA-2995 Chassi: 936ZCXMNBA2051688 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.905,27	R\$ 3.905,27
53	RENAULT MASTER GRAND FURGÃO L2H2 2.3DCI 16V 3p – UTI Placa: FWH-6383 Chassi: 93YMAFEXCLJ063365 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
54	M. BENZ - M.BENZ/L 1518 Placa: CDZ-9682 Chassi: 9BM345305JB817930 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 1989/ 1989 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.883,64	R\$ 3.883,64
55	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E22 Placa: FED-4025 Chassi: 93ZA1RGH0D8923170 Classe Bônus: 3 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
56	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E28 Placa: FED-4026 Chassi: 93ZA1RMH0D8922464 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.638,66	R\$ 3.638,66
57	VOLKSWAGEN-17.280 TRIEL Placa: BYJ0D23 Chassi: 95365844NR005226 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano	22764	1	R\$ 3.631,67	R\$ 3.631,67

[Handwritten signatures and marks]

CMV 208v
Fis. 208v
Rubrica
Delegado

	Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00				
58	PALIO FIRE - FIAT/PALIO FIRE FLEX Placa: DJP-1726 Chassi: 9BD17164G72885125 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
59	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: KPG-4750 Chassi: 9BWCA05W88P114036 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
60	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: CMW-1740 Chassi: 9BWCA05X85T047921 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
61	GOL 1.0 - VW/GOL 1.6 POWER Placa: CMW-1734 Chassi: 9BWCB05X25P076532 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
62	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8473 Chassi: 9BFZF54A6D8368508 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
63	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8474 Chassi: 9BFZF54A9D8368504 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
64	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8475 Chassi: 9BFZF54A7D8368503 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
65	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8476 Chassi: 9BFZF54A5D8368502 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
66	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8477 Chassi: 9BFZF54A3D8368501 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
67	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8478 Chassi: 9BFZF54A8D8368509 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
68	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8480 Chassi: 9BFZF54A9D8368499 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
69	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8483 Chassi: 9BFZF54A3D8368515 Classe Bônus: 4 CEP:	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73

[Handwritten signatures and initials]

	18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00				
70	SIENA - FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX Placa: FRE-5250 Chassi: 9BD372171E4050376 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2014 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
71	LOGAN EXPRESSION 1.6 8v(Hi-Flex) 4p Placa: DBS-0248 Chassi: 93YLSR1RH9J185303 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
72	VW GOL – GOL CITY 1.0Mi(Ger.III)(T.Flex) 4p Placa: CMW-1721 Chassi: 9BWCA05X95T064212 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
73	GM CORSA - GM/CORSA WIND Placa: BPZ-7933 Chassi: 9BGSC68N02C130967 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2001/ 2002 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
74	VW GOL TRENDLINE 1.6 8v - VW/NOVO GOL TL MBV Placa: GCG-1436 Chassi: 9BWAB45U8JT105263 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
75	NISSAN VERSA S 1.6 16v 4p – Placa: FOO-5389 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
76	NISSAN VERSA S 1.6 16v 4p – Placa: EUA5A39 Chassi: 94DBCAN17LB207258 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
77	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: EBU-5F33 Chassi: 94DFCUK13LB202035 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
78	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: FEA-3I21 Chassi: 94DFCUK13LB202062 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
79	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: EVU-8B37 Chassi: 94DFCUK13LB202147 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
80	DOBLÔ CARGO 1.4 Placa: FED-4010 Chassi: 9BD223153D2030899 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
81	DOBLÔ CARGO 1.4 Placa: FED-4012 Chassi: 9BD223153D2030898 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
82	FIAT/STRADA WORKING Placa: FTY-0150	22764	1	R\$	R\$

CM Cel/MSP
Fls. 269
Rubrica

Handwritten signatures and initials.

CMA Cel/MSP
Fls. 20/21
Rubrica

	Chassi: 9BD578141E7804103 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2014 Franquia máxima: 2.500,00			1.870,28	1.870,28
83	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8484 Chassi: 9BFZC52P9CB916471 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
84	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8485 Chassi: 9BFZC52P6CB916525 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
85	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8486 Chassi: 9BFZC52P5CB916631 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
86	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8488 Chassi: 9BFZC52P1CB917520 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
87	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8489 Chassi: 9BFZC52P1CB917372 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
88	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8491 Chassi: 9BFZC52P5CB917519 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
89	FIAT/STRADA WORKING Placa: FAU-6059 Chassi: 9BD578141F7871030 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
90	FIAT/DOBLO CARGO 1.4 Placa: FCI-1926 Chassi: 9BD223153F2038883 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
91	PICK-UP CORSA – ST Placa: CDV-6562 Chassi: 9BGSC80N01C194951 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
92	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 16v(Flex) 7L Placa: DQJ-6888 Chassi: 9BD1196GDK1150395 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
93	CHEVROLET/S10 LS DD4 Placa: FED-4017 Chassi: 9BG148DH0DC454639 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
94	FORD RANGER XL 13P Placa: DBA-2994 Chassi: 8AFER13PXB326498 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
95	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8453 Chassi: 8AFER13PXB354656 Classe Bônus:	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28

Handwritten signature and initials.

	4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00				
96	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8458 Chassi: 8AFER13P4BJ365412 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
97	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8459 Chassi: 8AFER13P5BJ352491 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
98	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8469 Chassi: 8AFER13P1CJ495794 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
99	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8470 Chassi: 8AFER13P9CJ497440 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
100	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8472 Chassi: 8AFER13P1CJ495665 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
101	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: GDR-8958 Chassi: 8AFAR23N4JJ056184 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
102	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: EZO-7723 Chassi: 8AFAR23N6KJ140766 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
103	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUS-9457 Chassi: 93XLNKB8TFCE94368 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
104	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUX-1308 Chassi: 93XLNKB8TFCE97428 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
105	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FVW-0733 Chassi: 93XLNKB8TFCE97429 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
106	BLAZER - GM/BLAZER Placa: ALM-2643 Chassi: 9BG116AX04C407634 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2003/ 2004 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
107	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 DIESEL Placa: EVA-5D82 Chassi: 93XLJKL1TLCL29101 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
108	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4	22764	1	R\$	R\$

	DIESEL Placa: ECU-7B95 Chassi: 93XLJKL1TLCL28896 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00			3.146,96	3.146,96
109	VW GOL TRENDLINE 1.0 12v MBV Placa: FEW-5085 Chassi: 9BWAB45U1JT023567 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
110	FORD/FIESTA HATCH 1.6 FLEX Placa: FED-4011 Chassi: 9BFZF55P6D8481247 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
111	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - M.BENZ/MASCA GRANMICRO Placa: FTF-2368 Chassi: 9BM979277HB068755 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.279,95	R\$ 3.279,95
112	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: EIO-7820 Chassi: 9BM979277LB144869 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.342,94	R\$ 3.342,94
113	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: ENG-2135 Chassi: 9BM979277LB144658 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.342,94	R\$ 3.342,94
114	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: ELR-0743 Chassi: 9BM979277LB144701 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.342,94	R\$ 3.342,94
115	PEUGEOT/BOXER REVESCAP17 Placa: DBA-2986 Chassi: 936ZCXMNCA2048580 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.961,27	R\$ 3.961,27
116	RENAULT MASTER EXTRA VITRE 16 PASS. L3H2 2.3DCI Placa: ELU-9710 Chassi: 93YMAF4XEKJ757738 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.961,27	R\$ 3.961,27
117	VW 15.190 - VW/15.190 CRM 4X2 Placa: FQN-4336 Chassi: 9536E8236DR324777 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
118	IVECO DAILY CHASSI 70C17 HD Placa: FED-4013 Chassi: 93ZC70C01D8446925 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
119	IVECO DAILY CHASSI 45S17 (EURO 5) Placa: FED-4007 Chassi: 93ZC42C01D8446076 Classe Bônus: 4 CEP:	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28

Cel. T. M. N.
 Fls. 10/10
 Rubrica

[Handwritten signatures and initials]

CM Cel MSP
Fls. 27
Rubrica
Defesa

	18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00				
120	AGRALE 13.190 4X2(Constellation) (EURO 5) 2p Placa: DBS-0402 Chassi: 9BYC78A2ADC000209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
121	FORD CARGO CESTO AEREO - CARGO 816 Tb (E5) (EURO 5) 2p Dies Placa: ITP-9293 Chassi: 9BFVEADS8DBS13822 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.132,96	R\$ 3.132,96
122	FORD CARGO 1217 Placa: DBA-2944 Chassi: 9BFXTNAF81DB03983 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
123	MERCEDES BENZ ATRON 1319 Placa: FED-4020 Chassi: 9BM694000CB866306 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
124	M. BENZ ATEGO 1719 BASCULANTE Placa: FED-4021 Chassi: 9BM958074DB899209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
125	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4014 Chassi: 93ZA90D00D8560216 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
126	MERCEDES BENZ ATRON 1319 (BAÚ) Placa: FED-4005 Chassi: 9BM694000CB882286 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
127	VW 8160.0 E DELIVERY (EURO 5) (BAÚ) – DRC 4X2 Placa: FED-4019 Chassi: 9531M52P1DR346605 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.132,96	R\$ 3.132,96
128	VOLVO VM 270 6X2R (BAÚ) Placa: FED-4022 Chassi: 93KP0R1C4DE142024 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.603,67	R\$ 3.603,67
129	FORD/CARGO 1217 (BAÚ) Placa: DBA-2943 Chassi: 9BFXTNAFX1DB03984 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67
130	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p Placa: FSG-5D37 Chassi: 93YVBU4X1MJ347463 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 3.132,96	R\$ 3.132,96
131	IVECO TECTOR ATTACK 240-E22 6X2 3e (EURO 5) Placa: FED-4023 Chassi: 93ZE2HGH0D8923766 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano	22764	1	R\$ 3.610,67	R\$ 3.610,67

[Handwritten signatures and initials]

	modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00				
132	NISSAN VERSA 1,6 S Placa: EWJ-7189 Chassi: 94DBCAN17LB206058 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
133	FORD KA SE PLUS 1.5 HATCH Placa: FUK6I15 Chassi: 9BFZH55S4M8089074 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./ Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.778,73	R\$ 1.778,73
134	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: EHB-7E26 Chassi: 93XLJKL1TLCK26950 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
135	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: DIM-8B39 Chassi: 93XLJKL1TLCK26954 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
136	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: CUH-1A49 Chassi: 93XLJKL1TLCK26945 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
137	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: GAC-7J67 Chassi: 93XLJKL1TLCK26953 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
138	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: ECU-9I95 Chassi: 93XLJKL1TNCM37705 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
139	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: BKH-5C73 Chassi: 93XLJKL1TNCM37710 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
140	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: FYP-3E22 Chassi: 93XLJKL1TNCM37697 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1	R\$ 3.146,96	R\$ 3.146,96
141	RENAULT MASTER 16L 2.3 16 V L2H2 Placa: FRR-6I73 Chassi: 93YMAFEXCMJ751014 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 2.961,27	R\$ 2.961,27
142	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FSZ-4A34 Chassi: 93YMAFEXAMJ545515 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
143	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FVI-5H81 Chassi: 93YMAFEXANJ890146 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 1.870,28	R\$ 1.870,28
144	ÔNIBUS URBANO IVECO NEOBUS 170S28	22764	1	R\$	R\$

FCO

		Placa: EKD-5H55 Chassi: BDA5A8C10000390 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00			1.870,28	1.870,28
145		AMBULÂNCIA: RENAULT - MASTER 2.3 16V DCI Placa: BXD9G37 Chassi:93YMAFEXCNJ891273; Classe Bônus: 1; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1	R\$ 4.905,27	R\$ 4.905,27
VALOR TOTAL						R\$ 353.624,65

CM
Fls. 272
Rubrica
M
D
C
M
S
P

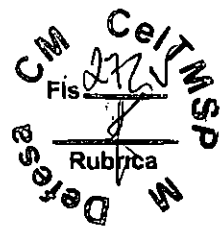
1.3 COBERTURAS:

EVENTO (por veículo segurado)	COBERTURA MÍNIMA
Colisão, incêndio, roubo/furto e eventos da Natureza	100% do valor de mercado, tabela FIFE, observando-se ainda as demais condições definidas na observação abaixo.
RCF-V - Danos materiais a terceiros	R\$ 100.000,00
RCF-V - Danos corporais a terceiros	R\$ 100.000,00
RCF-V - Danos morais a terceiros	R\$ 50.000,00
APP- Morte por passageiro	R\$ 50.000,00
APP- Invalidez por passageiro	R\$ 50.000,00
APP- Invalidez permanente por passageiro	R\$ 50.000,00
Cobertura para todos os vidros, retrovisores, lanternas e faróis, com isenção de Franquia	
Assistência 24 horas, compreendendo: Guincho para reboque com quilometragem ilimitada socorro mecânico/elétrico/troca de pneus, e chaveiro.	
Transporte das pessoas seguradas, devido à imobilização, roubo ou furto do veículo segurado, com quilometragem ilimitada	

1.4 FRANQUIA

Categoria do veículo	Limite máximo
Leve	2.500,00
Demais Categorias	5.000,00
Para todos os veículos: vidros, retrovisores, lanternas e faróis, sem Franquia	

Handwritten signatures and initials.



- 1.5 A frota poderá sofrer alterações, inclusão ou exclusão de veículos, por conveniência e/ou oportunidade da Administração. Quando tais fatos ocorrerem o contrato deverá ser modificado (acréscimo/supressões) de modo a refletir a nova realidade da demanda.
- 1.6 As alterações da apólice serão sempre processadas pela Contratada a pedido da Contratante, por meio de Endosso.
- 1.7 Os serviços serão executados de forma indireta, com execução mediante o regime de empreitada por preço unitário, para atender às necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), e Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar (BtlDefNBQR).
- 1.8 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de seguro total de veículos do CTMSP e das Organizações Militares (OM) Subordinadas, sendo elas o CINA e o BtlDefNBQR.
- 1.9 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela constante do item 1.2 deste documento.
- 1.10 O objeto não foi parcelado, ou seja, foi caracterizado como um único lote, por se tratar de serviço não especializado.
- 1.11 As viaturas, objeto dessa licitação, estão distribuídas entre as Divisões de Transporte do CTMSP, situado a Av. Professor Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, e Divisões de Transporte do CINA e do BtlDefNBQR, situados na Rodovia Sorocaba x Iperó, km 12,5, Iperó, São Paulo, conforme relacionado no item 1.1 deste documento.
- 1.12 A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário.
- 1.13 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 Para atendimento das necessidades que justificam a contratação e o alcance dos resultados esperados os serviços devem satisfazer os requisitos, procedimentos, metodologias e tecnologias listados abaixo, não se tratando de rol exaustivo:

5.1.3 Condições de execução

5.1.3.1 A contratada deverá possuir um sistema de monitoramento via satélite, com acesso online 24h por dia, diariamente, visando rastrear veículos durante o transporte de materiais e equipamentos sensíveis e/ou controlados, proporcionando maior rapidez na localização do veículo/carga em caso de sinistro, evitando extravio desses materiais e maiores danos ao patrimônio público;

5.1.3.2 O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo segurado até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, relacionadas neste instrumento;

5.1.3.3 Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros, retrovisores, lanternas e faróis;

5.1.3.4 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

5.1.3.5 Raios e suas consequências;

5.1.3.6 Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

5.1.3.7 Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;

5.1.3.8 Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;

5.1.3.9 Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

5.1.3.10 Fenômenos da natureza;

5.1.3.11 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

5.1.3.12 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais e Materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (morte e invalidez);

- 5.1.3.13 Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- 5.1.3.14 Acidente com o veículo segurado, em todo território Nacional;
- 5.1.3.15 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- 5.1.3.15.1 Chaveiro;
- 5.1.3.15.2 Reboque ou transporte do veículo segurado, com quilometragem ilimitada, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
- 5.1.3.15.3 Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- 5.1.3.15.4 Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo;
- 5.1.3.15.5 Outros direitos ofertados pela Contratante, além dos mencionados neste instrumento;
- 5.1.3.15.6 Cobertura total de vidros, retrovisores, lanternas e faróis;
- 5.1.3.15.7 Calço hidráulico (travamento do motor);
- 5.1.3.16 Decorrido o prazo estabelecido pelo subitem 8.1.2 e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente;
- 5.1.3.17 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- 5.1.3.17.1 A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que deverá ser fixada de acordo com o mencionado abaixo, sendo avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- 5.1.3.17.2 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo para cada categoria de veículo, conforme a tabela do item 1.4, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes da tabela do item 1.2, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos, franquias de valores menores;
- 5.1.3.17.3 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;
- 5.1.3.17.4 Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio e/ou eventos da Natureza.

5.1.4 Dos sinistros

- 5.1.4.1 Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 5.1.4.2 Decorrido o prazo supracitado e, caso não haja manifestação por parte da seguradora, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução dos serviços integralmente.
- 5.1.4.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro a ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- 5.1.4.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

5.1.4.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

5.1.4.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

5.1.4.7 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multas e sanções previstas por este instrumento, além das penalidades previstas em lei.

5.1.5 Da Indenização

5.1.5.1 Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

5.1.5.2 Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.5.3 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATADA e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.1.6 Da Indenização Integral

5.1.6.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultante de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

5.1.6.2 Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

5.1.6.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.1.6.4 Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

5.1.6.5 Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.1.6.6 É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratada junto aos órgãos pertinentes.

5.1.6.7 Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias, a contar da data de seu recebimento pela contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

5.1.7 Questionário de Avaliação de Risco

5.1.7.1 Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas terceirizados, de acordo com suas categorias de CNH;

- 5.1.7.2 Os veículos da frota dos órgão demandantes pernoitam em estacionamentos fechados e privativo, inclusive quando em viagens;
- 5.1.7.3 Não há limites/restrições de quilometragem a ser percorrida pelos veículos segurados, durante o período de vigência da apólice;
- 5.1.7.4 Diante das informações supracitadas e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações a este objeto.

5.1.8 Da Apólice

- 5.1.8.1 Não haverá custos referentes à emissão da apólice a ser pago pelo Contratante: A empresa Contratada deverá arcar integralmente o custo da apólice.
- 5.1.8.2 Deverá ser emitida uma única apólice individual para cada veículo segurado, devendo constar nas apólices referidas:
- 5.1.8.2.1 Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- 5.1.8.2.2 Indicação da tabela de referência, FIPE, e da tabela substituta, MOLICAR, e seus respectivos veículos de publicação;
- 5.1.8.2.3 Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%;
- 5.1.8.2.4 Prêmios discriminados por cobertura;
- 5.1.8.2.5 Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela 1.3.
- 5.1.8.2.6 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) conforme valores constantes da tabela 1.3;
- 5.1.8.3 Franquia aplicável.
- 5.1.8.4 A entrega da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.
- 5.1.8.5 A empresa deverá entregar a apólice referente à tabela 1.2, na Divisão de Transportes do CTMSP, sito a Av. Professor Lineu Prestes, nº 2468, Butantã, São Paulo, CEP 05508-000.
- 5.1.8.6 A Apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meio eletrônico, assinada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.
- 5.1.8.7 Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento do pedido expresso da CONTRATANTE;
- 5.1.8.8 A inclusão e/ou correção supracitadas poderão ser solicitadas a qualquer tempo pelos Gestor/Fiscais do contrato;
- 5.1.8.9 O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

- 5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1 Adotar e exigir da oficina a ser acionada a observância de normas legais relativas à sustentabilidade ambiental, em especial as seguintes:

FCO

CM Cel TMS
Fls. 1/1
Publica
Desp. M

- 6.1.1 utilização de sistema eletrônico para gerenciamento de todo processo de prestação dos serviços, em substituição a ordens de serviços, planilhas e orçamentos em suporte papel, sem o comprometimento do bom desempenho da solução;
- 6.1.2 recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conforme sistema de Logística Reversa previsto Lei no 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- 6.1.3 providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento por eles indicados, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 2010, combinado com o artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, e legislação correlata;
- 6.1.4 providenciar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 2005, obedecendo minimamente aos seguintes procedimentos:
- 6.1.5 recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata;
- 6.1.6 providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, legislação correlata;
- 6.1.7 dar destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata;
- 6.1.8 providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, responsáveis pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2012, combinado com o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata;
- 6.1.9 não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

Assinatura

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021

- 6.1.19 caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei no 12.305, de 2010, (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- 6.1.20 acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;
- 6.1.21 firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos;
- 6.1.22 treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdícios e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- 6.1.23 adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:
- 6.1.23.1 racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), para os casos possíveis, conforme regulamentações vigentes;
 - 6.1.23.2 evitar o desperdício da água potável com a verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos);
 - 6.1.23.3 racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - 6.1.23.4 substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; e
 - 6.1.23.5 reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.
- 6.1.24 destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e substâncias utilizados na prestação de serviços;
- 6.1.25 não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 6.1.25.1 deposição inadequada no solo;
 - 6.1.25.2 deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
 - 6.1.25.3 lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto;
 - 6.1.25.4 lançamento em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
 - 6.1.25.5 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão e controle ambiental estadual competente;
 - 6.1.25.6 queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
 - 6.1.25.7 outras formas vedadas pelo poder público;

[Handwritten signature and initials]

6.1.25.8 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e

6.1.25.9 utilização para alimentação humana.

6.1.26 observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP no 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;

6.1.27 respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

6.1.28 Adotar e exigir da rede credenciada a observância de normas legais relativas a sustentabilidade social, em especial as seguintes:

6.1.28.1 cumprir as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE quanto às condições de segurança e medicina do trabalho da mão de obra envolvida nas atividades objeto da contratação;

6.1.28.2 fornecer aos seus profissionais os equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança que se fizerem necessários à realização dos trabalhos, conforme o caso;

6.1.28.3 fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção e segurança, em especial os que constam da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

6.1.28.4 utilizar equipamentos elétricos certificados com selo PROCEL e que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme Resolução do CONAMA e do INMETRO, de forma a reduzir o risco à saúde física e mental dos funcionários, bem como dos demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;

6.1.28.5 qualificar seus profissionais consoante o previsto na Norma Técnica no 15681:2009 da ABNT com o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade na execução dos serviços;

6.1.28.6 proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou estado civil na seleção da mão de obra;

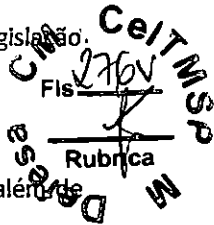
6.1.28.7 disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como alocar os materiais e equipamentos necessários à realização dos trabalhos decorrentes da contratação;

6.1.28.8 dispor de pessoal técnico devidamente treinado, habilitado e disponível para realização dos serviços, que atendam aos requisitos de norma técnica de capacitação ou regulamentação específica;

6.1.28.9 observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e os regulamentos de segurança e saúde do trabalho;

6.1.28.10 capacitar e treinar periodicamente seus funcionários no atendimento às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.1.28.11 Orientar seus funcionários e exigir da rede credenciada o cumprimento de normas relativas a prevenção e combate a incêndios nas áreas de prestação dos serviços, zelando pela segurança de pessoas, bens e do meio ambiente;



- 6.1.28.12 Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- 6.1.28.13 Observar o fiel cumprimento da legislação afeta à realização dos serviços de manutenção veicular;
- 6.1.28.14 Os estabelecimentos que utilizarem equipamentos para serviços que medem as emissões veiculares, assim como os ligados diretamente à segurança veicular conforme NBR-ABNT 14.624:2018, deverão atender, caso exista, a exigência de comprovação de homologação junto ao INMETRO.



7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1 A vistoria poderá ser facultativa, devendo o licitante apresentar declaração de pleno conhecimento e responsabilidade pela não efetuação da mesma.
- 7.2 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3817-7353 (Davi).
- 7.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.3.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1 Após registro de sinistro, por um dos meios de comunicação citados neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;
- 8.1.2 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro;
- 8.1.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para

[Handwritten signatures and initials]

efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Cel/TMSP
Fis.
Rubrica

8.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

8.1.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

8.1.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.2 A execução dos serviços será iniciada com a celebração do Instrumento de Contrato, devendo a mesma cumprir com os prazos máximos estipulados para o perfeito funcionamento do sistema e capacitação dos servidores indicados pela instituição para a sua operacionalização

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade a seguir estabelecidas, promovendo as substituições quando necessário:

9.1.1 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

9.1.2 A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

9.1.3 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro;

9.1.4 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

9.1.4.1 Chaveiro;

9.1.4.2 Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;

9.1.4.3 Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; e

9.1.4.4 Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Handwritten signatures and initials.

CM Cel/MSP
Fis 278
Rubrica

- 10.1.1 Local de pernoite das viaturas da frota;
- 10.1.2 O início da vigência das apólices de seguro para os veículos constantes da tabela do item 1.2 relacionados será contado a partir da celebração do Instrumento do Contrato.
- 10.1.3 SEDE: situado à Av. Professor Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000;
- 10.1.4 CINA (Centro Industrial Nuclear de Aramar): situado à Estrada vicinal Sorocaba x Iperó, km 12,5, Jardim Cagerê, Iperó, São Paulo, CEP 18560-000;
- 10.1.5 BtlDefNBQR (Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar): situado à Estrada vicinal Sorocaba x Iperó, km 12,5, Jardim Cagerê, Iperó, São Paulo, CEP 18560-000;
- 10.1.6 O CTMSP, CINA e BtlDefNBQR possuem um regime de trabalho de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas;
- 10.1.7 Devido às restrições na área de segurança das instalações, torna-se necessário a realização de contato prévio com a Divisão de Transportes – SEDE (telefone: (11) 3817-7353) e/ou CEA (telefone: (15) 3229-8248), para que ocorra o credenciamento de entrada de viatura e pessoal;
- 10.1.8 Independentemente do prazo das apólices, todas elas (tanto as iniciadas no começo do contrato como aquelas com termo inicial diferido) irão se encerrar no término da vigência contratual. Vale dizer, as apólices iniciadas em momento posterior terão o término de sua vigência antecipado, sem aplicação de qualquer penalidade;
- 10.1.9 Com relação às apólices iniciadas em momento posterior, o valor do prêmio será pago proporcionalmente ao período efetivamente segurado, usando, para tanto, analogamente, os termos da Tabela abaixo consoante o Art. 54 da Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021:

Vigência da cobertura	% do Prêmio
15/365	13
30/365	20
45/365	27
60/365	30
75/365	37
90/365	40
105/365	46
120/365	50
135/365	56

FLB

150/365	60
165/365	66
180/365	70
195/365	73
210/365	75
225/365	78
240/365	80
255/365	83
270/365	85
285/365	88
300/365	90
315/365	93
330/365	95
345/365	98
365/365	100

10.1.10 Para prazos não previstos na tabela acima, deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior;

10.1.11 Havendo necessidade durante o período de vigência da apólice, de EXCLUSÃO de veículos, a CONTRATADA deverá calcular com base na tabela supracitada, o valor a ser devolvido à Administração, devendo ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU (Guia de Recolhimento da União), devendo a empresa enviar o recibo, devidamente quitado, ao Gestor/Fiscais;

10.1.12 O número de meses restantes para o término da vigência da Apólice, será obtido a partir da data da comunicação realizada pelo Gestor/Fiscais do contrato ou outra pessoa designada pela Contratante.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 Arquivar orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração

CM Cel
Fis 279
Rubrica
M
D
S
E
S
C
E
L
T
R
O
N
I
C
O

1

1

FLD

1

em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

CM
Fis
Rubrica
M
Celtus
Data

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

12.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.14 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

REC
C

12.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.23 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.24.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.24.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, sem prejuízo de eventual resseguro.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

CMA Cel/MSP
Fls. 280v
Rubrica

15.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.




15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

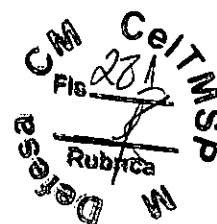
15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



16 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1.1 não produziu os resultados acordados;

16.2.1.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.1.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e

constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Celt/MS
28/11/2021
Rubrica

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

FCB

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18 DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1 o prazo de validade;
- 18.5.2 a data da emissão;
- 18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4 o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5 o valor a pagar; e
- 18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber, de caráter tributário.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

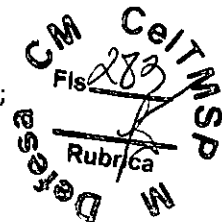
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$



19 REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

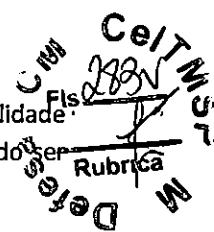
19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 A contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança

bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.



20.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

20.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10 Será considerada extinta a garantia:

20.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.



21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3 fraudar na execução do contrato;

21.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5 cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

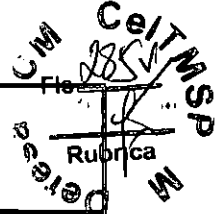
21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03



4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.1 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado para futura contratação é de R\$ 353.624,65 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte quatro reais e sessenta e cinco centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CEITMS
Fis 286
Rubrica
D
M

[Handwritten signatures and initials]

Gestão/Unidade: UASG 742050 – Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo, sob os dados;

Fonte de Recursos: U499MN0;

Programa de Trabalho: Programa 6012;

Elemento de Despesa: ND 339039.69;

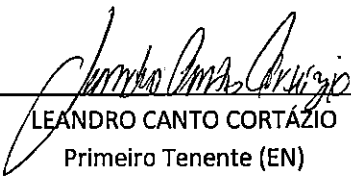
Plano Interno: Ação 14T7 – Descrição: Tecnologia Nuclear da Marinha.

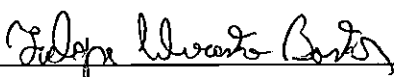



25. APÊNDICES

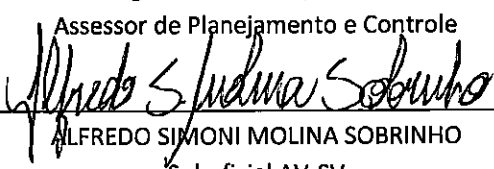
25.1 APÊNDICE “I” - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

São Paulo, de de 2022


LEANDRO CANTO CORTÁZIO
Primeiro Tenente (EN)
Chefe do Departamento de Apoio



FILIPE CHRISTO BASTOS
Primeiro Tenente (RM2-EN)
Encarregado da Divisão de Serviços Gerais

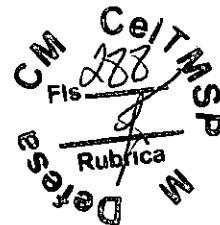

VICTOR HUGO NETO CORTEZ
Segundo Tenente (RM2-EN)


ALFREDO SIMONI MOLINA SOBRINHO
Suboficial AV-SV
Encarregado da Seção de Manutenção

Após análise administrativa, APROVO, nos termos do art. 14, II do Decreto nº 10.024/2019 e do artigo 7º, §2º, inciso I da Lei nº 8.666/93, ressalvando que a análise de natureza técnica é de competência do Setor Requisitante.

APROVO em 20 de abril de 2022


Ordenador de Despesas
Diretor



MARINHA DO BRASIL

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER LICITADO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP), destinado à Contratação de empresa especializada em gerenciamento de seguro para frota de veículos a fim de atender às necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP/CINA/BtlDefNBQR-ARAMAR conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. FORMALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

A presente licitação trata-se de Pregão Eletrônico Tradicional. O Modo de Disputa será aberto. A contratação resultará em autorização de contrato de seguro para frota de veículos.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O CTMSP, CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR apresentam uma extensa frota de viaturas que são utilizadas diariamente para cumprimento de missões relacionadas ao Programa Nuclear da Marinha (PNM), ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), bem como os projetos derivados destes.

Os serviços que se pretendem contratar são necessários e imprescindíveis para essas OM, quando se leva em consideração a preservação e manutenção da operacionalidade das viaturas para a execução de todas as missões e tarefas atribuídas a elas, apoiando processos como orçamentos realizados em lojas externas, transporte de materiais para outras cidades e estados, transporte de pessoal para realização de adestramentos e treinamentos, transporte para representação dentre outras atividades, todas alinhadas com a progressão e desenvolvimento do PNM, PROSUB e projetos derivados destes.

A contratação desse serviço garante o reparo de danos de viaturas causados por diversos sinistros, evitando o risco de que o reparo não seja realizado em caso de indisponibilidade de recurso, em um cenário em que a viatura não é assegurada.

Portanto, o serviço de seguro da frota é essencial para que essas OM tenham segurança e confiança quanto à disponibilidade de viaturas para executar as missões às quais são atribuídas.

Ainda, a contratação desses serviços deve ser de natureza continuada, pois visa atender à necessidade do CTMSP e das OM Subordinadas de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público como também garantindo o funcionamento das atividades fins que essas OM apresentam, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou, ainda, o cumprimento de suas missões.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO, SE HOUVER

2880
Fis. 2880
Rúbrica
CEIT/MS/SP

Para essa licitação será utilizada como referência contratação elaborada anteriormente, de naturezas similares às elencadas neste processo. Contrato nº 42000/2017-027/00, consequência da licitação originada pelo processo administrativo nº 63230.003994/2016-06.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem, no mínimo, o seguinte:

- O serviço objeto da contratação está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais/ Serviços – CATSER do SIASG.
- Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- A contratada deverá possuir um sistema de monitoramento via satélite, com acesso online 24h por dia, diariamente, visando rastrear veículos durante o transporte de materiais e equipamentos sensíveis e/ou controlados, proporcionando maior rapidez na localização do veículo/carga em caso de sinistro, evitando extravio desses materiais e maiores danos ao patrimônio público.
- Dos riscos cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo segurado até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
 - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
 - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
 - Raios e suas consequências;
 - Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
 - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
 - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
 - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
 - Granizo;
 - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais;
- Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);
- Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - Chaveiro;
 - Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
 - Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo;
- Decorrido o prazo estabelecido de 3 (três) horas e, caso não haja pronunciamento por parte da contratada, a contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a contratada arcar com o ônus da execução integralmente;
- A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

- A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que deverá ser fixada de acordo com o subitem abaixo, sendo avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estabelecido no Termo de Referência devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes das tabelas 1.2 e 1.4, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos, franquias de valores menores;
- Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CTMSP e OM Subordinadas, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;
- Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
- Ocorrendo sinistro, a contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;
- Não será fixado prazo para comunicação de sinistro a ser realizado a critério da contratante;
- Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional;
- Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da contratante. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;
- O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro;
- Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a contratada ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei;
- Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da contratada;
- Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da contratada;
- Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa;
- Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultante de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado;
- Em caso de indenização integral a contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas;
- Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora;
- Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora;
- Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias, a contar da data de seu

recebimento pela contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

- NÃO deverá ser cobrado da Contratante qualquer pagamento relacionado a emissão da apólice. A empresa será a única responsável pelo custo da apólice.

- Deverá ser emitida uma apólice para os veículos constantes da tabela 1.2, devendo constar nas apólices referidas:

- Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- Indicação da tabela de referência, FIPE, e da tabela substituta, MOLICAR, e seus respectivos veículos de publicação;
- Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%;
- Prêmios discriminados por cobertura;
- Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela 1.3.

- Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

- Valor da indenização por danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Valor da indenização por danos pessoais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

- Acidente por passageiro (APP):

- Valor da indenização por morte, por pessoa: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Valor da indenização por invalidez, por pessoa: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

- Franquia aplicável.

- A entrega da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da emissão da nota de empenho.

- A empresa deverá entregar a apólice referente à tabela 1.2, na Divisão de Transportes do CTMSP, sito a Av. Professor Lineu Prestes, nº 2468, Butantã, São Paulo, CEP 05508-000.

- Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento do pedido expresso pelo CTMSP.

- O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

ESTIMATIVAS DA DEMANDA				
Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD E
	1	AMBULÂNCIA Placa: DJL-9326 Chassi: 936ZCXMNCC2085690; Classe Bônus: 4; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1
	2	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: DBA-2942 Chassi: 9BFXTM8F61DB04629 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00		1

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	3	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: CUN-4F66 Chassi: 953658240NR005157 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00		1
	4	C-4 PALLAS Placa: EHE-8493 Chassi: 8BCLDRFJVC531187 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	5	CIVIC Placa: JJE-0947 Chassi: 93HFA15307Z110860 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	6	COROLLA 1.8 GLI UPPER FLEX 16V/5p Placa: FNU-8064 Chassi: 9BRBL3HE1J0149870 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1
	7	CORSA Placa: CDV-6549 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00		1
	8	DOBLÔ Placa: FWT-2346 Chassi: 9BD1196GDH1142527 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00		1
	9	DOBLÔ ESSENCE 1.8 16v(Flex) 5p Placa: ENN-1590 Chassi: 9BBD1196GDK1150821 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00		1
	10	DOBLÔ Placa: DJM-0611 Chassi: 9BD223153C2022415 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00		1
	11	FIAT SIENA Placa: FQC-2903 Chassi: 9BD372171F4056657 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	12	FIAT SIENA Placa: FQJ-2501 Chassi: 9BD372171F405667 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	13	FIESTA Placa: EHE-8481 Chassi: 9BFZ54A1D8368500 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	14	FIESTA Placa: EHE-8482 Chassi: 9BFZ54A4D8368510 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	15	FOCUS Placa: KXI-5846 Chassi: 8AFTZZFFCCJ018356 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	16	GOL TRENDLINE 1.6 8v Placa: GAC-2362 Chassi: 9BWAB45U6JT105262 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1

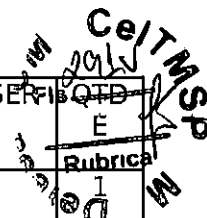
CM Cel TMS
2010
Fis
Rubrica

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	Fls	DT	E	Rubrica
1	17	GOL Placa: CMW-1738 Chassi: 9BWC05X55P072393 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764				
	18	GOLTRENDLINE 1.6 8v Placa: FQG-5735 Chassi: 9BWAB45U8JT022206 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	19	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: ECU 1C05 Chassi: 93XLJL1TLCL29930 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	20	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: GEA 2J22 Chassi: 93XLJL1TLCK26947 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	21	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: FRU 0D83 Chassi: 94DFUCK13LB202259 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	22	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: DEI 3A44 Chassi: 94DFUCK13LB201847 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	23	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4x2 Placa: CUD 0G59 Chassi: 94DFUCK13LB201940 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	24	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCL 1D26 Chassi: 9BGCA8030LB139138 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	25	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCH 7I03 Chassi: 9BGCA8030LB102391 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	26	MONTANA Placa: FED-4016 Chassi: 9GBCA80X0DB292696 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	27	MONTANA Placa: PBJ-1638 Chassi: 9GBCA8030JB209247 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1			
	28	PALIO FIRE Placa: DBA-2993 Chassi: 9BD17164LA5526102 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00		1			

CM Cel. TMS
2017
E Rubrica
M

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	29	PALIO FIRE Placa: DBA-2987 Chassi: 9BD17164LA5526100 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	30	PALIO FIRE Placa: DJP-1749 Chassi: 9BD17164G72884376 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00		1
	31	PEUGEOT 408 Placa: FBU-8994 Chassi: 8AD4DRFJUG021121 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	32	RANGER XLS (C.DUP) 4X4 2.2 4p DIES Placa: ELO-1525 Chassi: 8AFAR23N8KJ470767 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00		1
	33	SANDERO Placa: FCO-1799 Chassi: 93Y5SRD64FJ745437 Classe Bônus: 5 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	34	SENTRA Placa: LTN-6711 Chassi: 3N1BB7AD4HY209887 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2016/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00		1
	35	STRADA Placa: FAU-9838 Chassi: 9BD578141F7922301 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	36	VERSA SV PACK PLUS 1.6 16v Placa: FJF-8942 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1
	37	VERSA Placa: FZN-0676 Chassi: 94DBCAN17JB212095 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1
	38	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: CUL 6E29 Chassi: 95DBCAN17LB207279 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	39	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: FOP 5J21 Chassi: 94DBCAN17LB207098 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	40	CAMINHÃO Placa: JMY-3214 Chassi: 9BM693023WB151199 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 1998/ 1998 Franquia máxima: 5.000,00		1
	41	DUCATO Placa: DBA-2979 Chassi: 93W244M2392038639 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 5.000,00		1

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	42	IVECO DAILY 45S17 (EURO 5) Placa: FED-4008 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		
	43	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4018 Chassi: 93ZA90D008560217 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	44	KIA (BONGO) Placa: HOE-0491 Chassi: KNCSHX73AB7492561 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00		1
	45	MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) Placa: ENN-2177 Chassi: 9BM979277LB144899 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1
	46	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/MASCA ROMA 42P DIES Placa: EMU8G65 Chassi: 9532Y82Z5LR029484 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00		1
	47	ÔNIBUS VW/MASCARELO IVECO/NEOBUS 50P DIES Placa: EOB- 4020 Chassi: 93K1RMH0L8935336 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00		1
	48	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p – BAÚ Placa: FZT 3A32 Chassi: 93YVBU4XMI364379 Classe Bônus: 1 CEP: 05508- 000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00		1
	49	RENAULT MASTER MARIM PAS 16p DIES Placa: EQU-5946 Chassi: 93YMAF4XEKJ757763 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Franquia máxima: 5.000,00		1
	50	TRANSIT Placa: LQV-6246 Chassi: WF0DXPTDFDTM01058 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	51	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DJL-7984 Chassi: 936ZCXMNCB2074365 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00		1
	52	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DBA-2995 Chassi: 936ZCXMNBA2051688 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00		1

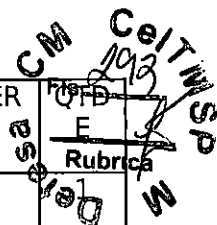


Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	53	RENAULT MASTER GRAND FURGAO L2H2 2.3DCI 16V 3p – UTI Placa: FWH-6383 Chassi: 93YMAFEXCLJ063365 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1
	54	M. BENZ - M.BENZ/L 1518 Placa: CDZ-9682 Chassi: 9BM345305JB817930 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 1989/ 1989 Franquia máxima: 5.000,00		1
	55	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E22 Placa: FED-4025 Chassi: 93ZA1RGH0D8923170 Classe Bônus: 3 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	56	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E28 Placa: FED-4026 Chassi: 93ZA1RMH0D8922464 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	57	VOLKSWAGEN-17.280 TRIEL Placa: BYJ0D23 Chassi: 95365844NR005226 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00		1
	58	PALIO FIRE - FIAT/PALIO FIRE FLEX Placa: DJP-1726 Chassi: 9BD17164G72885125 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00		1
	59	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: KPG-4750 Chassi: 9BWCA05W88P114036 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00		1
	60	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: CMW-1740 Chassi: 9BWCA05X85T047921 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00		1
	61	GOL 1.0 - VW/GOL 1.6 POWER Placa: CMW-1734 Chassi: 9BWCB05X25P076532 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00		1
	62	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8473 Chassi: 9BFZF54A6D8368508 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
63	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8474 Chassi: 9BFZF54A9D8368504 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	1		
64	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8475 Chassi: 9BFZF54A7D8368503 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	1		

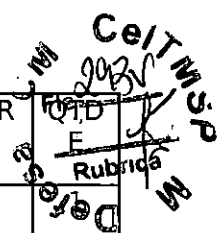
Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	FD E Rubrica
1	65	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8476 Chassi: 9BFZF54A5D8368502 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		
	66	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8477 Chassi: 9BFZF54A3D8368501 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	67	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8478 Chassi: 9BFZF54A8D8368509 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	68	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8480 Chassi: 9BFZF54A9D8368499 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	69	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8483 Chassi: 9BFZF54A3D8368515 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	70	SIENA - FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX Placa: FRE-5250 Chassi: 9BD372171E4050376 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2014 Franquia máxima: 2.500,00		1
	71	LOGAN EXPRESSION 1.6 8v(Hi-Flex) 4p Placa: DBS-0248 Chassi: 93YLSR1RH9J185303 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00		1
	72	VW GOL – GOL CITY 1.0Mi(Ger.III)(T.Flex) 4p Placa: CMW-1721 Chassi: 9BWCA05X95T064212 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00		1
	73	GM CORSA - GM/CORSA WIND Placa: BPZ-7933 Chassi: 9BGSC68N02C130967 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2001/ 2002 Franquia máxima: 2.500,00		1
	74	VW GOL TRENDLINE 1.6 8v - VW/NOVO GOL TL MBV Placa: GCG- 1436 Chassi: 9BWAB45U8JT105263 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00		1
	75	NISSAN VERSA S 1.6 16v 4p – Placa: FOO-5389 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1

CMA
 Cel. TMS
 2021
 Rubrica

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	Rubrica
1	76	NISSAN VERSA S 1.6 16v 4p – Placa: EUA5A39 Chassi: 94DBCAN17LB207258 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		
	77	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: EBU-5F33 Chassi: 94DFCUK13LB202035 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	78	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: FEA-3I21 Chassi: 94DFCUK13LB202062 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	79	NISSAN MARCH SV 1.6 16v 4p - Placa: EVU-8B37 Chassi: 94DFCUK13LB202147 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	80	DOBLÔ CARGO 1.4 Placa: FED-4010 Chassi: 9BD223153D2030899 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	81	DOBLÔ CARGO 1.4 Placa: FED-4012 Chassi: 9BD223153D2030898 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	82	FIAT/STRADA WORKING Placa: FTY-0150 Chassi: 9BD578141E7804103 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2014 Franquia máxima: 2.500,00		1
	83	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8484 Chassi: 9BFZC52P9CB916471 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	84	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8485 Chassi: 9BFZC52P6CB916525 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	85	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8486 Chassi: 9BFZC52P5CB916631 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	86	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8488 Chassi: 9BFZC52P1CB917520 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	87	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8489 Chassi: 9BFZC52P1CB917372 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1



Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	
1	88	FORD/COURIER L 1.6 FLEX Placa: EHE-8491 Chassi: 9BFZC52P5CB917519 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	
	89	FIAT/STRADA WORKING Placa: FAU-6059 Chassi: 9BD578141F7871030 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	90	FIAT/DOBLO CARGO 1.4 Placa: FCI-1926 Chassi: 9BD223153F2038883 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	91	PICK-UP CORSA – ST Placa: CDV-6562 Chassi: 9BGSC80N01C194951 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00		1
	92	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 16v(Flex) 7L Placa: DQJ-6888 Chassi: 9BD1196GDK1150395 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00		1
	93	CHEVROLET/S10 LS DD4 Placa: FED-4017 Chassi: 9BG148DH0DC454639 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	94	FORD RANGER XL 13P Placa: DBA-2994 Chassi: 8AFER13PXB326498 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00		1
	95	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8453 Chassi: 8AFER13PXB354656 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00		1
	96	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8458 Chassi: 8AFER13P4BJ365412 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00		1
	97	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8459 Chassi: 8AFER13P5BJ352491 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00		1
1	98	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8469 Chassi: 8AFER13P1CJ495794 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1
	99	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8470 Chassi: 8AFER13P9CJ497440 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		1



CM Cel. TMS
2014
E Rubrica
M

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	
1	100	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8472 Chassi: 8AFER13P1CJ495665 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00		
	101	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: GDR-8958 Chassi: 8AFAR23N4JJ056184 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1
	102	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: EZO-7723 Chassi: 8AFAR23N6KJ140766 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	103	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUS-9457 Chassi: 93XLNKB8TFCE94368 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	104	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUX-1308 Chassi: 93XLNKB8TFCE97428 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	105	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FVW-0733 Chassi: 93XLNKB8TFCE97429 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00		1
	106	BLAZER - GM/BLAZER Placa: ALM-2643 Chassi: 9BG116AX04C407634 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2003/ 2004 Franquia máxima: 2.500,00		1
	107	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 DIESEL Placa: EVA-5D82 Chassi: 93XLJKL1TLCL29101 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	108	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 DIESEL Placa: ECU-7B95 Chassi: 93XLJKL1TLCL28896 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	109	VW GOL TRENDLINE 1.0 12v MBV Placa: FEW-5085 Chassi: 9BWAB45U1JT023567 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00		1
	110	FORD/FIESTA HATCH 1.6 FLEX Placa: FED-4011 Chassi: 9BFZF55P6D8481247 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00		1
	111	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - M.BENZ/MASCA GRANMICRO Placa: FTF-2368 Chassi: 9BM979277HB068755 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 5.000,00		1

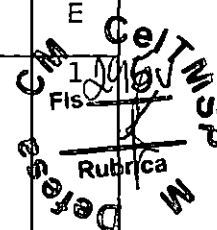
CM Cel
2024
Fls. 10
E Rubrica

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	112	MERCEBES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: EIO-7820 Chassi: 9BM979277LB144869 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1
	113	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p – MASCA GRANMICRO Placa: ENG-2135 Chassi: 9BM979277LB144658 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00		1
	114	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p – MASCA GRANMICRO Placa: ELR-0743 Chassi: 9BM979277LB144701 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00		1
	115	PEUGEOT/BOXER REVESCAP17 Placa: DBA-2986 Chassi: 936ZCXMNCA2048580 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00		1
	116	RENAULT MASTER EXTRA VITRE 16 PASS. L3H2 2.3DCI Placa: ELU- 9710 Chassi: 93YMAF4XEKJ757738 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 5.000,00		1
	117	VW 15.190 - VW/15.190 CRM 4X2 Placa: FQN-4336 Chassi: 9536E8236DR324777 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	118	IVECO DAILY CHASSI 70C17 HD Placa: FED-4013 Chassi: 93ZC70C01D8446925 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00		1
	119	IVECO DAILY CHASSI 45S17 (EURO 5) Placa: FED-4007 Chassi: 93ZC42C01D8446076 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00		1
	120	AGRALE 13.190 4X2(Constellation) (EURO 5) 2p Placa: DBS-0402 Chassi: 9BYC78A2ADC000209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	121	FORD CARGO CESTO AEREO - CARGO 816 Tb (E5) (EURO 5) 2p Dies Placa: ITP-9293 Chassi: 9BFVEADS8DBS13822 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00		1
	122	FORD CARGO 1217 Placa: DBA-2944 Chassi: 9BFXTNAF81DB03983 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00		1

CM Cel/MSP
 QTD E
 Rubrica
 1

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD
1	123	MERCEDES BENZ ATRON 1319 Placa: FED-4020 Chassi: 9BM694000CB866306 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00		1
	124	M. BENZ ATEGO 1719 BASCULANTE Placa: FED-4021 Chassi: 9BM958074DB899209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	125	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4014 Chassi: 93ZA90D00D8560216 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1
	126	MERCEDES BENZ ATRON 1319 (BAÚ) Placa: FED-4005 Chassi: 9BM694000CB882286 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00		1
	127	VW 8160.0 E DELIVERY (EURO 5) (BAÚ) – DRC 4X2 Placa: FED-4019 Chassi: 9531M52P1DR346605 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	128	VOLVO VM 270 6X2R (BAÚ) Placa: FED-4022 Chassi: 93KP0R1C4DE142024 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	129	FORD/CARGO 1217 (BAÚ) Placa: DBA-2943 Chassi: 9BFXTNAFX1DB03984 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00		1
	130	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p Placa: FSG- 5D37 Chassi: 93YVBU4X1MJ347463 Classe Bônus: 1 CEP: 18560- 000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00		1
	131	IVECO TECTOR ATTACK 240-E22 6X2 3e (EURO 5) Placa: FED-4023 Chassi: 93ZE2HGH0D8923766 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00		1
	132	NISSAN VERSA 1,6 S Placa: EWJ-7189 Chassi: 94DBCAN17LB206058 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	133	FORD KA SE PLUS 1.5 HATCH Placa: FUK6I15 Chassi: 9BFZH55S4M8089074 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 2.500,00		1

Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD E
1	134	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: EHB-7E26 Chassi: 93XLJLKL1TLCK26950 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1
	135	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: DIM-8B39 Chassi: 93XLJLKL1TLCK26954 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	136	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: CUH-1A49 Chassi: 93XLJLKL1TLCK26945 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	137	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: GAC-7J67 Chassi: 93XLJLKL1TLCK26953 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	138	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: EKV-9I95 Chassi: 93XLJLKL1TNM37705 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00		1
	139	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: BKH-5C73 Chassi: 93XLJLKL1TNM37710 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00		1
	140	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: FYP-3E22 Chassi: 93XLJLKL1TNM37697 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00		1
	141	RENAULT MASTER 16L 2.3 16 V L2H2 Placa: FRR-6I73 Chassi: 93YMAFEXCMJ751014 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00		1
	142	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FSZ-4A34 Chassi: 93YMAFEXAMJ545515 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00		1
	143	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FVI-5H81 Chassi: 93YMAFEXANJ890146 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00		1



Grupo	SEQ	DESCRIÇÃO	CATSER	FISCID/
1	144	ÔNIBUS URBANO IVECO NEOBUS 170S28 Placa: EKD-5H55 Chassi: BDA5A8C10000390 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00		1
	145	AMBULÂNCIA Placa: BXD9G37 Chassi: 93YMAFEXCNJ891273; Classe Bônus: 1; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/2022 Franquia máxima: 5.000,00		1

CM CelTMS
2016
EJ
Rubrica
1

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE OBJETO/SERVIÇO A CONTRATAR

O custo da contratação de seguro para os veículos oficiais se mostra mais econômico e eficiente que o de eventuais reparos de danos que venham a ocorrer nos veículos, inclusive em bens de terceiros, por consequência de sinistros e/ou atos danosos internos e externos.

Convém ressaltar que os veículos do CTMSP/CINA/BtlDefNBQR-ARAMAR são conduzidos por militares, servidores civis, e motoristas terceirizados, impossibilitando a contratação de empresa para a cobertura securitária pela empresa responsável pela prestação dos serviços de condução dos veículos da frota oficial.

8. PREVISÃO DE ADESÃO À ATA DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

Por se tratar de pregão eletrônico, não há previsão de adesão à ata de órgãos não participantes.

9. PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

Observando o artigo 6º do Decreto 8.538/15, devido o lote da licitação não possuir valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ficará afastada a exclusividade de participação de ME/EPP nesta licitação.

A pesquisa e as justificativas que fundamentam este fato foram expostas no processo.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de preços está em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, alterada pela Instrução Normativa SGM/MPDG nº 73, de 05 de agosto de 2020, e de acordo com os preços de mercado, havendo compatibilidade dos quantitativos e dos custos com o projeto, tendo sido feita uma análise crítica a fim de evitar disparidades entre os preços coletados. Foi encontrado preço para apenas três itens do presente processo licitatório no portal Banco de Preços, conforme consulta anexada nos autos. Mesmo considerando que esse tipo de Objeto é comum a vários órgãos públicos, inclusive dentro das Forças Armadas, não foram encontrados preços para todos os itens dessa licitação, devido às especificidades da frota de veículos deste Centro e OM Subordinadas. Os preços encontrados foram descartados porque os itens dessa licitação foram aglutinados em um único grupo.

A Pesquisa realizada no Portal supracitado substitui a consulta ao Painei de Preços do governo federal, visto que ambos utilizam a mesma base de dados.

Para o fechamento da pesquisa de mercado, foram consultados dois Corretores de seguros, agentes habilitados a obter cotações de seguros juntos às Seguradoras, fornecedores, sendo que somente três Seguradoras enviaram cotação de preço, até o presente momento, os demais fornecedores não enviaram orçamento, sem exposição do motivo;

A metodologia de pesquisa utilizada, dentre aquelas citadas na referida IN ("a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos"), foi a MEDIANA com análise criteriosa do mercado.

A pesquisa de preços e o Mapa Comparativo de Preços, foram juntados ao processo.

CM
Cel TMS
Fis 296
Rubrica
M

11. DEFINIÇÃO DE REAJUSTE

Dentro do prazo de vigência da ATA e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa para garantir através de apólices de seguro o ressarcimento por danos causados aos veículos provenientes de incêndio, colisão, roubo, furto, acidentes, atos danosos praticados por terceiros, fenômenos naturais, queda acidental de qualquer objeto ou agente externo sobre o veículo, além de garantir assistência 24 horas para os respectivos veículos e seus ocupantes em todo o território nacional.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1) A Contratante deverá:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento no prazo previsto, por meio de depósito em conta corrente, realizado na Ordem Bancária.

2) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 1) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação;
 - e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - g) Não emitir duplicata em função do contrato ou instrumento equivalente a ser celebrado.
 - h) Caso a contratada venha a emitir duplicata, indevidamente, caberá à Contratada a responsabilidade pela baixa, junto à Instituição Bancária, após o pagamento.
- 2) O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao resgate e transporte do veículo até a oficina da contratada, ou, para o estacionamento da UNIDADE na qual o veículo pertence e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:
- a) Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado;
 - b) Permanecer como única e total responsável perante as frotas das unidades constantes no item 6 deste ETP, do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido;
 - c) Indicar a representação ou corretora tecnicamente qualificada, bem como, nome para contatos, telefones, e - mails, e outros recursos para contatos, os quais serão os responsáveis durante toda vigência do contrato de seguro para atendimento da contratante;
 - d) Informar a representação ou corretora tecnicamente qualificada quanto da sua responsabilidade o atendimento do contratante;
 - e) Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a contratante em caso de acidentes entregando para cada veículo cartão com as referidas informações;
 - f) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros, espelhos retrovisores, lanternas, faróis, entre outros itens que compõem a funilaria do veículo;
 - g) Danos causados aos vidros, aos espelhos retrovisores, às lanternas e aos faróis, entre outros itens que compõem a funilaria do veículo;
 - h) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
 - i) Colisão com veículos, pessoas, animais ou objetos soltos em vias, capotagem e abalroamento, colisão entre veículos constantes neste contrato, inclusive em ambiente interno da Instituição.
 - j) Danos provocados por intempéries;
 - k) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
 - l) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

- m) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- n) Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- o) Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (Danos Materiais e Pessoais);
- p) Acidente Pessoal de Passageiro - APP (Morte ou Invalidez);

3) Prestar os seguintes serviços 24 horas:

- a) Atendimento do veículo segurado, seus ocupantes em situações de emergências, em todo Brasil em caso de pane, acidente e roubo/furto do veículo;
- b) Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- c) Reboque do veículo por meio do serviço de guincho sem ônus para o segurado, com quilometragem ilimitada
- d) Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a sede do segurado ou local indicado pelo ocupante;
- e) Hospedagem para ocupantes da seguradora;
- f) Serviço de chaveiro;
- g) Troca de pneus;
- h) Pane elétrica;
- i) Pane seca;
- j) Remoção para hospital ou domicílio do ocupante por lesão, quando for necessário.

13. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

O objeto não será parcelado por se tratar de serviço não especializado, conforme acórdão/TCU nº 1214/2013-Plenário. O não parcelamento da solução também favorece a fiscalização eficiente sobre os serviços prestados pelo contrato. Ainda, o não parcelamento não prejudica o princípio da ampla concorrência pois muitas seguradoras apresentam seguro para múltiplos tipos diferentes de viaturas, conforme comprovado pelas propostas recebidas e pela forma como foi contratada a última empresa a fornecer o serviço de seguro a este centro, por meio do PE 050/2017.

14. JUSTIFICAR A SOLUÇÃO APRESENTADA PARA CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO GLOBAL OU UNITÁRIO). CASO UNITÁRIO, DISCRIMINAR SE POR EQUIPAMENTO, POR LOTE OU OUTROS

Devido ao reconhecimento das opções do mercado, o critério de julgamento das propostas será de menor valor do grupo.

15. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS

Conforme Termo de Referência deste estudo, este processo demonstrou a necessidade de se garantir a operacionalidade dos veículos do CTMSP e das OM Subordinadas, meios essenciais para a continuidade do desenvolvimento de projetos atinentes ao PNM, PROSUB e derivados destes.

A contratação do serviço de seguro da frota, objeto deste estudo, resulta, portanto, em garantir a segurança de reparo de veículos que porventura sofram danos de diversas origens, desde acidentes com outros veículos até causas naturais, como descarga atmosférica. O seguro da frota, então, promove um aproveitamento melhor dos veículos utilizados diariamente em missões direta e indiretamente relacionadas aos projetos supracitados.

16. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação.

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

18. EDITAL DE REFERÊNCIA ANTERIOR, CASO HAJA

O NUP 63230.003994/2016-06 refere-se a processo licitatório anteriormente elaborado e referência a este atual.

19. JUSTIFICATIVA PARA ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO PARA PARECER AO GAM OU CJU/SP

Conforme características e aplicações dos objetos, o presente processo diz respeito a custeio, segundo parâmetros da Portaria 249, de junho de 2012, devendo ser analisado pela CJU/AGU-SP.

20. APRESENTAR NÚMERO DE CATSER

Os números de CATSER compõem a tabela referencial do Termo de Referência.

21. INDICAR A CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO COMO "CONFIDENCIAL OU SIGILOSO"

O objeto neste processo é comum no mercado e o mesmo, caracteriza-se como um processo licitatório (aberto ao público e amplamente divulgado). Portanto, não haverá classificação do documento.

22. JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO OU NÃO

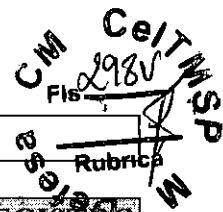
Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio, pois trata-se de objeto comum com valores baixos e com uma gama alta de empresas do ramo. Portanto, não há interesse das empresas em reunir-se para participar de tal certame.

23. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS OU NÃO

Não haverá permissão para participação de cooperativas.

24. JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.



25. DEFINIÇÃO DO CÓDIGO E SUA RESPECTIVA DESCRIÇÃO DO REGISTRO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA OU JUSTIFICAR A OPÇÃO PELA NÃO OBRIGATORIEDADE DO CTF.

Como se trata de um serviço de fornecimento de seguro para viaturas pertencentes ao CTMSP e OM Subordinadas, e para não restringir a concorrência no processo licitatório, não será exigido o CTF.

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Houve a consulta ao guia de licitações sustentáveis do AGU e todas as recomendações foram atendidas através do Termo de Referência.

27. DEFINIÇÃO DE OBRIGATORIEDADE NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES (MUNICIPAL OU ESTADUAL), CONFORME RAMO DE ATIVIDADE E OBJETO CONTRATUAL

Não haverá obrigatoriedade exclusivamente de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, cabendo à contratada manter regularizadas, até o final dessa contratação, todas as certidões exigidas no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

28. APRESENTAÇÃO DOS PRAZOS MÁXIMOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA A SEREM APRESENTADOS NO PROJETO BÁSICO

Consideram-se os prazos: Máximo de Execução de 365 dias corridos e Vigência de 455 dias corridos.

29. APRESENTAÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO E/OU FORNECIMENTO

Local de entrega: Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, endereço Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468 Butantã – São Paulo/SP; CEP: 05508-000

30. APRESENTAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OS MESMOS DADOS A SEREM INSERIDOS NA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DAO)

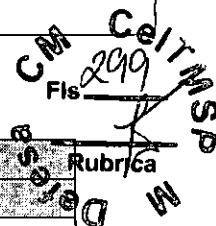
Programa: Programa 6012;
Ação: Ação 14T7 – Descrição: Tecnologia Nuclear da Marinha;
Ação Interna: U499MN0.
Elemento de Despesa: ND 339039.69.

31. APRESENTAÇÃO DO NÚMERO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRA NO TOTVS/DATASUL

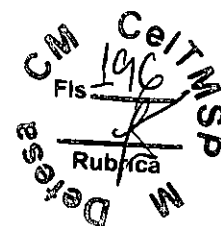
SC 114.668

32. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.



EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO	
MEMBRO LÍDER DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: _____ Posto: _____ Função: _____ Crachá: _____ E-mail: _____ Ramal: _____ Ciência do Líder da Equipe de Planejamento: _____ Data: / /	
MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: _____ Posto: _____ Função: _____ Crachá: _____ E-mail: _____ Ramal: _____ Ciência do Membro da Equipe: _____ Data: / /	Nome: _____ Posto: _____ Função: _____ Crachá: _____ E-mail: _____ Ramal: _____ Ciência do Membro da Equipe: _____ Data: / /
MEMBRO SUPLENTE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: _____ Posto: _____ Função: _____ Crachá: _____ E-mail: _____ Ramal: _____ Ciência do Membro Suplente: _____ Data: / /	



MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS FASE DE ANALISE

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

RISCO 01

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa () Média (X) Alta

Identificação do Dano

1. Ausência de fornecedor na licitação

Identificação da Ação Preventiva **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Muito embora o impacto seja alto, por histórico das licitações anteriores, esse fato nunca aconteceu. Existem inúmeras empresas com interesse neste ramo.

Identificação da Ação de Contingência **Responsável: Fiscal Administrativo**

1. Caso a licitação ocorra deserta, o que é muito improvável, republicar no menor tempo possível.

MAPA DE RISCOS FASE DE ANALISE

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO 02

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa () Média (X) Alta

Identificação do Dano

1. Atrasos na realização dos serviços

Identificação da Ação Preventiva **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Ação preventiva: Atentar para os prazos e quantidades contratuais, para entrega dos serviços

Identificação da Ação de Contingência **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Exigir e fazer cumprir os prazos contratuais.

MAPA DE RISCOS FASE DE ANALISE

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO 03

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa () Média (X) Alta

Identificação do Dano

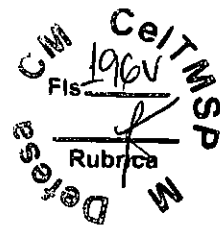
1. Interrupção dos serviços por problemas na rede credenciada

Identificação da Ação Preventiva **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Verificar a comprovação da rede credenciada da contratada.

Identificação da Ação de Contingência **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Exigir e fazer cumprir as obrigações da contratada, solicitando que seja realizada a entrega do objeto conforme acordado.



MAPA DE RISCOS FASE DE ANALISE

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO 04

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta
Impacto: () Baixa () Média (X) Alta
Identificação do Dano

1. Qualidade do serviço entregue

Identificação da Ação Preventiva **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Verificar no momento da entrega do objeto a comprovação da qualidade dos serviços.

Identificação da Ação de Contingência **Responsável: Fiscal Técnico**

1. Exigir e fazer cumprir as obrigações da contratada.

MAPA DE RISCOS FASE DE ANALISE

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO 05

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta
Impacto: () Baixa () Média (X) Alta
Identificação do Dano

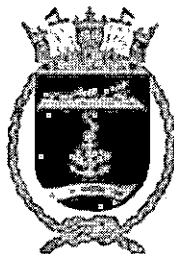
1. Falta de cobertura de determinados sinistros

Identificação da Ação Preventiva **Responsável: Fiscal Administrativo**

1. Acompanhar o acordado em contrato e cobrar da empresa a cobertura dos sinistros conforme acordado

Identificação da Ação de Contingência **Responsável: Fiscal Administrativo**

1. Fazer cumprir as obrigações da contratada.



MARINHA DO BRASIL

Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 63232.000234/2022-67

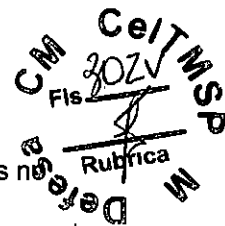
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....

O Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo - CelTMSP, com sede na Av. Prof. Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuado de **Seguro Total de Veículos, com proteção contra danos materiais resultados de sinistro de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, para os veículos**



da frota do CTMSP, CINA E BtlDefNBQR, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

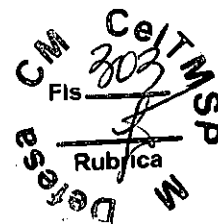
- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



Programa do Governo: 6012;

Plano Interno: Ação 14T7 – Descrição: Tecnologia Nuclear da Marinha;

Ação Interna: U499MN0; e

Elemento de Despesa: ND 339039.69.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

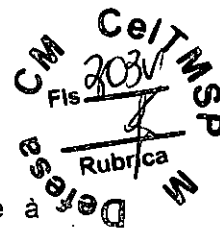
10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;



11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

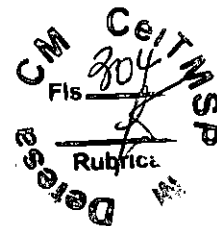
12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São Paulo - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

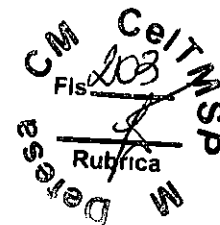
....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Marinha do Brasil
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
Pregão Eletrônico /2022
Processo Adm. nº /2022-



MODELO DE PROPOSTA

Nome da Proponente:	
Número do CNPJ:	
End. Completo:	
CEP:	
Telefone:	
E-mail:	
Representante Legal:	
CPF Representante Legal:	
RG Representante Legal:	
Dados bancários:	
Dados do Representante Legal que assina o contrato (nome, CPF, RG):	

Objeto: Contratação de serviço continuado de empresa especializada para prestação de serviço de seguro total de veículo, com proteção contra danos materiais resultados de sinistro de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, para os veículos da frota do CTMSP, CINA e BtlDefNBQR.

TABELA 1 – VALOR GLOBAL

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	UNID	QTDE	PREÇO DE REF - VLR UNIT	PREÇO DE REF - VLR TOTAL
1	Contratação de prestação de serviço de seguro de veículo, com proteção contra danos materiais, roubo, furto, colisão, incêndio para os veículos da frota do CTMSP.	UN	1		

TABELA 2 – VALOR UNITÁRIO POR VEÍCULO

Grupo	Item	Descrição do Veículo	CATSER	Quantidade	Valor Unitário máximo(R\$)	Valor total máximo (R\$)
	1	AMBULÂNCIA Placa: DJL-9326 Chassi: 936ZCXMNCC2085690; Classe Bônus: 4; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		

CM CelTMSP
Fls. 203v
Rúbrica
D

1	2	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: DBA-2942 Chassi: 9BFXTM8F61DB04629 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
	3	CAMINHÃO BOMBEIRO Placa: CUN-4F66 Chassi: 953658240NR005157 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
	4	C-4 PALLAS Placa: EHE-8493 Chassi: 8BCLDRFJVCG531187 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	5	CIVIC Placa: JJE-0947 Chassi: 93HFA15307Z110860 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	6	COROLLA 1.8 GLI UPPER FLEX 16V/5p Placa: FNU-8064 Chassi: 9BRBL3HE1J0149870 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	7	CORSA Placa: CDV-6549 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	8	DOBLÔ Placa: FWT-2346 Chassi: 9BD1196GDH1142527 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	9	DOBLÔ ESSENCE 1.8 16v(Flex) 5p Placa: ENN-1590 Chassi: 9BBD1196GDK1150821 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	10	DOBLÔ Placa: DJM-0611 Chassi: 9BD223153C2022415 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	11	FIAT SIENA Placa: FQC-2903 Chassi: 9BD372171F4056657 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	12	FIAT SIENA Placa: FQJ-2501 Chassi: 9BD372171F405667 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	13	FIESTA Placa: EHE-8481 Chassi: 9BFZ54A1D8368500 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	14	FIESTA Placa: EHE-8482 Chassi: 9BFZ54A4D8368510 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	15	FOCUS Placa: KXJ-5846 Chassi: 8AFTZZFFCCJ018356 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	16	GOL TRENDLINE 1.6 8v Placa: GAC-2362 Chassi: 9BWAB45U6JT105262 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2018 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
	17	GOL Placa: CMW-1738 Chassi: 9BWCBO5X55P072393 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo	22764	1		

	2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00				
18	GOLTRENDLINE 1.6 8v Placa: FQG-5735 Chassi: 9BWAB45U8JT022206 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
19	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: ECU 1C05 Chassi: 93XLJKL1TLCL29930 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
20	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 Placa: GEA 2J22 Chassi: 93XLJKL1TLCK26947 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
21	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: FRU 0D83 Chassi: 94DFUCK13LB202259 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
22	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4X2 Placa: DEI 3A44 Chassi: 94DFUCK13LB201847 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
23	MARCH 16V 1.6 SV FLEX 5p 4x2 Placa: CUD 0G59 Chassi: 94DFUCK13LB201940 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
24	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCL 1D26 Chassi: 9BGCA8030LB139138 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
25	MONTANA LS 1.4 8v Placa: GCH 7I03 Chassi: 9BGCA8030LB102391 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
26	MONTANA Placa: FED-4016 Chassi: 9GBCA80X0DB292696 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
27	MONTANA Placa: PBJ-1638 Chassi: 9GBCA8030JB209247 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
28	PALIO FIRE Placa: DBA-2993 Chassi: 9BD17164LA5526102 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
29	PALIO FIRE Placa: DBA-2987 Chassi: 9BD17164LA5526100 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
30	PALIO FIRE Placa: DJP-1749 Chassi: 9BD17164G72884376 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
31	PEUGEOT 408 Placa: FBU-8994 Chassi: 8AD4DRFJUFG021121 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
32	RANGER XLS (C.DUP) 4X4 2.2 4p DIES Placa: ELO-1525 Chassi: 8AFAR23N8KJ470767 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano	22764	1		

	Fab./Ano modelo. 2019/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00				
33	SANDERO Placa: FCO-1799 Chassi: 93Y5SRD64FJ745437 Classe Bônus: 5 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2015/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
34	SENTRA Placa: LTN-6711 Chassi: 3N1BB7AD4HY209887 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2016/ 2017 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
35	STRADA Placa: FAU-9838 Chassi: 9BD578141F7922301 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
36	VERSA SV PACK PLUS 1.6 16v Placa: FJF-8942 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
37	VERSA Placa: FZN-0676 Chassi: 94DBCAN17JB212095 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
38	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: CUL 6E29 Chassi: 95DBCAN17LB207279 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
39	VERSA 1.6 16V(FLEX) 5p Placa: FOP 5J21 Chassi: 94DBCAN17LB207098 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
40	CAMINHÃO Placa: JMY-3214 Chassi: 9BM693023WB151199 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 1998/ 1998 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
41	DUCATO Placa: DBA-2979 Chassi: 93W244M2392038639 Classe Bônus: 0 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
42	IVECO DAILY 45S17 (EURO 5) Placa: FED-4008 Chassi: 9BGSC80N01C194881 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
43	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4018 Chassi: 93ZA90D008560217 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
44	KIA (BONGO) Placa: HOE-0491 Chassi: KNCSHX73AB7492561 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
45	MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) Placa: ENN-2177 Chassi: 9BM979277LB144899 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
46	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/MASCA ROMA 42P DIES Placa: EMU8G65 Chassi: 9532Y82Z5LR029484 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
47	ÔNIBUS VW/MASCARELO IVECO/NEOBUS 50P DIES Placa: EOB-4020 Chassi: 93K1RMH0L8935336 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		

48	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p – BAÚ Placa: FZT 3A32 Chassi: 93YVBU4XMJ364379 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
49	RENAULT MASTER MARIM PAS 16p DIES Placa: EQU-5946 Chassi: 93YMAF4XEKJ757763 Classe Bônus: 1 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
50	TRANSIT Placa: LQV-6246 Chassi: WF0DXPTDFDTM01058 Classe Bônus: 4 CEP: 05508-000 Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
51	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DJL-7984 Chassi: 936ZCXMNCB2074365 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2011 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
52	PEUGEOT BOXER - PEUGEOT/BOXER MARIMAR A Placa: DBA-2995 Chassi: 936ZCXMNBA2051688 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
53	RENAULT MASTER GRAND FURGAO L2H2 2.3DCI 16V 3p – UTI Placa: FWH-6383 Chassi: 93YMAFEXCLJ063365 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
54	M. BENZ - M.BENZ/L 1518 Placa: CDZ-9682 Chassi: 9BM345305JB817930 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 1989/ 1989 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
55	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E22 Placa: FED-4025 Chassi: 93ZA1RGH0D8923170 Classe Bônus: 3 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
56	IVECO TECTOR - IVECO/TECTOR 170E28 Placa: FED-4026 Chassi: 93ZA1RMH0D8922464 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
57	VOLKSWAGEN-17.280 TRIEL Placa: BYJ0D23 Chassi: 95365844NR005226 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
58	PALIO FIRE - FIAT/PALIO FIRE FLEX Placa: DJP-1726 Chassi: 9BD17164G72885125 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2006/ 2007 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
59	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: KPG-4750 Chassi: 9BWCA05W88P114036 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
60	GOL 1.0 - VW/GOL 1.0 Placa: CMW-1740 Chassi: 9BWCA05X85T047921 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
61	GOL 1.0 - VW/GOL 1.6 POWER Placa: CMW- 1734 Chassi: 9BWCB05X25P076532 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
62	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8473 Chassi: 9BFZF54A6D8368508	22764	1		

	Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00				
63	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8474 Chassi: 9BFZF54A9D8368504 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
64	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8475 Chassi: 9BFZF54A7D8368503 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
65	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8476 Chassi: 9BFZF54A5D8368502 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
66	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8477 Chassi: 9BFZF54A3D8368501 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
67	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8478 Chassi: 9BFZF54A8D8368509 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
68	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8480 Chassi: 9BFZF54A9D8368499 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
69	FIESTA - FORD/FIESTA SEDAN 1.0 FLEX Placa: EHE-8483 Chassi: 9BFZF54A3D8368515 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
70	SIENA - FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX Placa: FRE- 5250 Chassi: 9BD372171E4050376 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2014 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
71	LOGAN EXPRESSION 1.6 8v(Hi-Flex) 4p Placa: DBS-0248 Chassi: 93YLSR1RH9J185303 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2008/ 2009 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
72	VW GOL – GOL CITY 1.0Mi(Ger.III)(T.Flex) 4p Placa: CMW-1721 Chassi: 9BWCA05X95T064212 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2004/ 2005 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
73	GM CORSA - GM/CORSA WIND Placa: BPZ- 7933 Chassi: 9BGSC68N02C130967 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2001/ 2002 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
74	VW GOL TRENDLINE 1.6 8v - VW/NOVO GOL TL MBV Placa: GCG-1436 Chassi: 9BWAB45U8JT105263 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
75	NISSAN VERSA S 1.6 16v 4p – Placa: FOO-5389 Chassi: 94DBCAN17JB212405 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		

CM Cel. TMS
Fis 20p
Rubrica
M

	18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 2.500,00				
92	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 16v(Flex) 7L Placa: DQJ-6888 Chassi: 9BD1196GDK1150395 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
93	CHEVROLET/S10 LS DD4 Placa: FED-4017 Chassi: 9BG148DH0DC454639 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
94	FORD RANGER XL 13P Placa: DBA-2994 Chassi: 8AFER13PXB326498 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
95	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8453 Chassi: 8AFER13PXB354656 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
96	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8458 Chassi: 8AFER13P4BJ365412 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
97	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8459 Chassi: 8AFER13P5BJ352491 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2010/ 2011 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
98	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8469 Chassi: 8AFER13P1CJ495794 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
99	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8470 Chassi: 8AFER13P9CJ497440 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
100	FORD RANGER XL 13P Placa: EHE-8472 Chassi: 8AFER13P1CJ495665 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2011/ 2012 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
101	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: GDR-8958 Chassi: 8AFAR23N4JJ056184 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
102	FORD RANGER XLS (C.Dup) 4X4 2.2 4p Diesel - Placa: EZO-7723 Chassi: 8AFAR23N6KJ140766 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
103	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUS-9457 Chassi: 93XLNKB8TFCE94368 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
104	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FUX-1308 Chassi: 93XLNKB8TFCE97428 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
105	L-200 - MMC/L200 TRITON GL D Placa: FVW-0733 Chassi: 93XLNKB8TFCE97429 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2014/ 2015 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
106	BLAZER - GM/BLAZER Placa: ALM-2643	22764	1		

	Chassi: 9BG116AX04C407634 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2003/ 2004 Franquia máxima: 2.500,00				
107	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 DIESEL Placa: EVA-5D82 Chassi: 93XLJKL1TLCL29101 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
108	L-200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 DIESEL Placa: ECU-7B95 Chassi: 93XLJKL1TLCL28896 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
109	VW GOL TRENDLINE 1.0 12v MBV Placa: FEW-5085 Chassi: 9BWAB45U1JT023567 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2017/ 2018 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
110	FORD/FIESTA HATCH 1.6 FLEX Placa: FED- 4011 Chassi: 9BFZF55P6D8481247 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
111	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - M.BENZ/MASCA GRANMICRO Placa: FTF-2368 Chassi: 9BM979277HB068755 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2017/ 2017 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
112	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: EIO-7820 Chassi: 9BM979277LB144869 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
113	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: ENG-2135 Chassi: 9BM979277LB144658 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
114	MERCEDES BENZ MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5) 2p - MASCA GRANMICRO Placa: ELR-0743 Chassi: 9BM979277LB144701 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
115	PEUGEOT/BOXER REVESCAP17 Placa: DBA- 2986 Chassi: 936ZCXMNCA2048580 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./ Ano modelo 2009/ 2010 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
116	RENAULT MASTER EXTRA VITRE 16 PASS. L3H2 2.3DCI Placa: ELU-9710 Chassi: 93YMAF4XEKJ757738 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2018/ 2019 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
117	VW 15.190 - VW/15.190 CRM 4X2 Placa: FQN- 4336 Chassi: 9536E8236DR324777 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
118	IVECO DAILY CHASSI 70C17 HD Placa: FED- 4013 Chassi: 93ZC70C01D8446925 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
119	IVECO DAILY CHASSI 45S17 (EURO 5) Placa: FED-4007 Chassi: 93ZC42C01D8446076 Classe	22764	1		

	Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00				
120	AGRALE 13.190 4X2(Constellation) (EURO 5) 2p Placa: DBS-0402 Chassi: 9BYC78A2ADC000209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
121	FORD CARGO CESTO AEREO - CARGO 816 Tb (E5) (EURO 5) 2p Dies Placa: ITP-9293 Chassi: 9BFVEADS8DBS13822 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
122	FORD CARGO 1217 Placa: DBA-2944 Chassi: 9BFXTNAF81DB03983 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
123	MERCEDES BENZ ATRON 1319 Placa: FED-4020 Chassi: 9BM694000CB866306 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
124	M. BENZ ATEGO 1719 BASCULANTE Placa: FED-4021 Chassi: 9BM958074DB899209 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
125	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ) Placa: FED-4014 Chassi: 93ZA90D00D8560216 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
126	MERCEDES BENZ ATRON 1319 (BAÚ) Placa: FED-4005 Chassi: 9BM694000CB882286 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2012/ 2012 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
127	VW 8160.0 E DELIVERY (EURO 5) (BAÚ) – DRC 4X2 Placa: FED-4019 Chassi: 9531M52P1DR346605 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
128	VOLVO VM 270 6X2R (BAÚ) Placa: FED-4022 Chassi: 93KP0R1C4DE142024 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
129	FORD/CARGO 1217 (BAÚ) Placa: DBA-2943 Chassi: 9BFXTNAFX1DB03984 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2000/ 2001 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
130	RENAULT MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V 2p Placa: FSG-5D37 Chassi: 93YVBU4X1MJ347463 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
131	IVECO TECTOR ATTACK 240-E22 6X2 3e (EURO 5) Placa: FED-4023 Chassi: 93ZE2HGH0D8923766 Classe Bônus: 4 CEP: 18560-000 Órgão: CINA Ano Fab./Ano modelo 2013/ 2013 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
132	NISSAN VERSA 1,6 S Placa: EWJ-7189 Chassi: 94DBCAN17LB206058 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
133	FORD KA SE PLUS 1.5 HATCH Placa: FUK6115 Chassi: 9BFZH55S4M8089074 Classe Bônus: 1	22764	1		

	CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2020/ 2021 Franquia máxima: 2.500,00				
134	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: EHB-7E26 Chassi: 93XLJKL1TLCK26950 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
135	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: DIM-8B39 Chassi: 93XLJKL1TLCK26954 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
136	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: CUH-1A49 Chassi: 93XLJKL1TLCK26945 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
137	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: GAC-7J67 Chassi: 93XLJKL1TLCK26953 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
138	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: EKV-9I95 Chassi: 93XLJKL1TNCM37705 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2020 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
139	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: BKH-5C73 Chassi: 93XLJKL1TNCM37710 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
140	L200 TRITON SPORT GL (C.Dup) 4X4 Placa: FYP-3E22 Chassi: 93XLJKL1TNCM37697 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 2.500,00	22764	1		
141	RENAULT MASTER 16L 2.3 16 V L2H2 Placa: FRR-6I73 Chassi: 93YMAFEXCMJ751014 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
142	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FSZ-4A34 Chassi: 93YMAFEXAMJ545515 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2021 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
143	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16 V L1H1 Placa: FVI-5H81 Chassi: 93YMAFEXANJ890146 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2021/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
144	ÔNIBUS URBANO IVECO NEOBUS 170S28 Placa: EKD-5H55 Chassi: BDA5A8C10000390 Classe Bônus: 1 CEP: 18560-000 Órgão: BTLDEFNBQR Ano Fab./Ano modelo 2019/ 2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
145	AMBULÂNCIA: RENAULT - MASTER 2.3 16V DCI Placa: BXD9G37 Chassi: 93YMAFEXCNJ891273; Classe Bônus: 1; CEP: 05508-000; Órgão: CTMSP Ano Fab./Ano modelo 2021/2022 Franquia máxima: 5.000,00	22764	1		
					R\$ 353.624,65

VALOR TOTAL	
-------------	--

CM Cel/TMSP
Fis 208V
Rubrica